

TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DE TRABALHADORES DAS CLASSES SUBALTERNAS*

Celso João Ferretti

Da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

Baseado nas representações de trabalhadores da Grande São Paulo, o artigo investiga o processo de encarecimento profissional de homens e mulheres das classes subalternas, discutindo suas aspirações, movimento ascensional e busca de qualificação profissional. O exame das contradições em seus projetos à luz das determinações do mercado leva ao questionamento da valorização do trabalho autônomo *versus* assalariamento, assim como da própria condição de classe de um operariado embalado na quimera da sociedade igualitária que acena com a possibilidade de ascensão. O artigo insere-se na preocupação do autor em contribuir para o redirecionamento da Orientação Profissional.

SUMMARY

Based on interviews with workers in Great São Paulo, the article investigates career patterns among men and women from lower social strata, by examining their expectations, upward mobility and search for professional qualification. The contradictions between their plans and the determinants of labour market lead to the discussion on how self-employment and hired work are valued, as well as to the discussion about working class identity in a so-called egalitarian society with its promises of social mobility. The author is concerned with new directives for Career Counseling at highschool level.

* Este artigo representa uma condensação do capítulo 3 da tese de doutorado do autor apresentada à PUC-SP em dezembro de 1987, posteriormente reorganizada e publicada em livro, sob o título *Uma nova proposta de orientação profissional*, pela Cortez Editora.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a Orientação Profissional operou sob o pressuposto de que, no tocante às escolhas ocupacionais, a igualdade legal defendida pelo pensamento liberal era expressão de uma igualdade real entre os indivíduos, mesmo na sociedade capitalista. Ignorando as desigualdades sociais ou creditando-as, como também professa o pensamento liberal, às diferenças individuais, tratou indistintamente indivíduos oriundos de diferentes classes sociais.

Pelo final da década de 70 uma parcela dos orientadores educacionais começou a perceber com clareza, e para além das aparências, as relações reais existentes entre trabalho e educação. Compreensivelmente, passaram a criticar, de maneira veemente, na esteira do pensamento reprodutivista, as práticas que vinham cultivando. Preocupados em redirecionar os rumos da Orientação Profissional por considerar que ela deveria se voltar para os interesses das classes trabalhadoras e não mais, ou pelo menos não com a ênfase anterior, para os jovens oriundos da burguesia e da pequena burguesia, chegaram a afirmar que esse redirecionamento deveria partir do fato de que as crianças e jovens pertencentes às classes trabalhadoras não escolhem suas atividades profissionais, mas, ao contrário, são escolhidos pelo mercado.

Essa afirmação não é desprovida de fundamento. Com efeito, praticamente todos os estudos econômicos e sociológicos têm evidenciado que o ingresso de crianças e jovens das classes subalternas na População Economicamente Ativa (PEA) decorre principalmente das necessidades financeiras próprias ou familiares e que esse ingresso não é, via de regra, precedido de qualquer processo de escolha. Por outro lado, e com base nesse fato, forjou-se a idéia de que, daí para a frente, o restante da experiência profissional desses trabalhadores continuaria marcada pela não possibilidade de escolhas ocupacionais. Teríamos, portanto, uma dupla determinação dos destinos das crianças e jovens, conforme sua condição de classe: os provenientes das classes dominantes e das classes médias não só teriam oportunidade de escolher as ocupações através das quais ingressariam na PEA, como estas oportunidades se manteriam sempre como possibilidades no decorrer de sua trajetória ocupacional; o contrário ocorreria com os oriundos das classes subalternas.

Parecendo-me ser este um enfoque maniqueísta da questão, considerei que seria desejável examinar, com um pouco mais de profundidade, o processo de inserção na PEA e a trajetória ocupacional de indivíduos pertencentes às classes subalternas, acreditando que o conhecimento que daí derivasse poderia contribuir para o redirecionamento de rumos que vêm sendo propostos à Orientação Profissional.

Neste artigo limitar-me-ei à apresentação e discussão do trabalho de pesquisa que realizei a respeito, sem enveredar, a não ser ocasional e superficialmente, para as decorrências que ele pode trazer para a Orientação Profissional¹. Da mesma forma não me reportarei, exceto no que for absolutamente necessário, aos aspectos metodológicos da investigação², bastando, neste momento, esclarecer que me vali, neste estudo, das repre-

sentações de dez trabalhadores da Grande São Paulo obtidas através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas no segundo semestre de 1983 e no primeiro semestre de 1984. Desses trabalhadores sete eram homens e três, mulheres.

A INSERÇÃO PRECOCE NA PEA

O processo de inserção na PEA e o encareiramento ocupacional, tal como representados pelos trabalhadores aqui considerados, constituem fenômenos multifacetados e complexos, envolvendo relações de parentesco e amizade, expectativas pessoais e familiares, concepções do mundo em geral e do trabalho em particular, experiências ocupacionais, escolhas e não-escolhas.

Sob esse aspecto genérico, não diferem da situação de inserção e encareiramento ocupacional dos trabalhadores oriundos de outras classes sociais. Mas a semelhança se reduz a esse aspecto e, talvez, a que, independentemente da condição de classe, envolve carecimentos humanos³. O aprofundamento da discussão sobre como ambos os processos são vividos pelos entrevistados mostrará que eles constituem uma dimensão particular, determinada pela condição de classe desses mesmos entrevistados, do processo mais geral de constituição da força de trabalho em nossa sociedade.

Em sua maior parte as "carreiras profissionais" dos trabalhadores entrevistados tiveram início em atividades agrícolas desenvolvidas junto com seus familiares nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Apenas três ingressaram na PEA através de atividades urbanas desempenhadas nas cidades para as quais suas famílias haviam migrado. No geral, essa inserção se deu precocemente, quando os entrevistados tinham entre oito e treze anos de idade, motivada pelas necessidades financeiras de suas famílias. Esses trabalhadores se deslocaram para São Paulo, entre 1950 e 1971, sozinhos ou acompanhando suas famílias de origem, buscando encontrar na metrópole, como tantos outros migrantes, as possibilidades de trabalho que escasseavam no campo ou nas pequenas cidades de seus respectivos estados para as quais alguns haviam migrado anteriormente.

A inserção inicial dos trabalhadores entrevistados deu-se no decorrer de um período amplo, que vai de 1940 a 1972. Estavam engrossando, na época em que começaram a participar da PEA, um contingente numeroso que, em 1981, segundo dados do SEADE (1982, p. 382) atingia no Estado de São Paulo a cifra de 388.749 trabalhadores

1 O leitor interessado em tomar contato com as articulações que estabeleci entre os resultados da pesquisa e a Orientação Profissional deve referir-se a Ferretti (1988).

2 Esses aspectos são tratados exaustivamente no capítulo 2 da tese a que este artigo se refere.

3 O conceito de carecimentos humanos é retirado de Agnes Heller (1982). Por carecimentos podem ser entendidos, grosso modo, as necessidades. O carecimento humano deve, segundo Heller, ser diferenciado do "carecimento radical", entendido este como "um carecimento capaz de ser satisfeito por todos os homens, numa sociedade socialista" (1982, p. 139).

precoces (entre 10 e 14 anos). Esse número representava, em 1981, cerca de 3,5% do total da PEA estadual e aproximadamente 14% do total da população do Estado nessa faixa de idade⁴.

A condição de classe que determina a inserção precoce na PEA condiciona também o acesso e a permanência na escola e, portanto, o grau de escolaridade possível. Como se poderá notar posteriormente, as inoportunidades de acesso e permanência continuada na escola interferiram nas oportunidades ocupacionais futuras dos trabalhadores de que estamos tratando⁵.

AS EXPECTATIVAS OCUPACIONAIS

Seria de esperar que o impacto dessas limitações tivesse algum efeito sobre as expectativas ocupacionais desses trabalhadores, ou que influenciasse as expectativas familiares a respeito deles.

Ao examinar o primeiro desses dois conjuntos de expectativas (o dos trabalhadores, quando jovens, em relação ao seu futuro ocupacional) notei que elas se caracterizavam pela generalidade, pela pouca presença de referências ocupacionais explícitas e pela modéstia. A rigor, apenas três dos entrevistados (dois homens e uma mulher) haviam alimentado expectativas ocupacionais mais precisas: um desejava ser caminhoneiro, o outro médico e uma terceira, professora. Expectativas, como se vê, desenhadas nos estreitos limites percebidos como possíveis pelos entrevistados, à exceção do que alimentava a expectativa de ser médico. Porém, logo a seguir, este mesmo trabalhador faz o seguinte comentário: "Mas era só um sonho. Há muita dificuldade de uma condição inferior chegar a médico".

Pode-se dizer que, nesse sentido, os entrevistados não só alimentavam expectativas bastante realistas, quanto cotejadas com as condições de vida de que desfrutavam, como também, no momento da entrevista, avaliaram de forma igualmente realista as expectativas mais ambiciosas que haviam acalentado.

Esse realismo parece também estar presente nas expectativas que os pais dos profissionais entrevistados tinham com relação a eles, e aos demais filhos, quando crianças. No entanto, seria incorreto afirmar, a não ser sob esse aspecto, que as expectativas familiares se assemelhavam. O que pude notar, na realidade, foi a ausência de homogeneidade nas expectativas dos pais em relação aos trabalhadores que ingressavam precocemente na PEA. Enquanto alguns não conseguiam entrever para os filhos outro futuro além do trabalho na lavoura, outros dividiam-se entre exigir deles a permanência nesse trabalho e apoiá-los nos estudos, enquanto que um terceiro grupo tendia francamente a incentivar a escolarização. Aparentemente o rebaixamento das expectativas dos pais que compõem o primeiro grupo prende-se, em parte, a uma situação econômica da família que se afigura mais precária que a dos demais trabalhadores entrevistados.

Cotejando o que foi afirmado anteriormente com os elementos fornecidos por Demartini & Lang (1985) a respeito das expectativas cultivadas por agricultores do Estado de São Paulo sobre as carreiras ocupacionais e escolaridade de seus filhos, é possível chegar a algumas

constatações interessantes sobre o grupo considerado neste trabalho. Ressalte-se que neste caso as expectativas dos pais, diferentemente do estudo de Demartini & Lang, não foram obtidas diretamente pela consulta a estes, mas através das recordações dos filhos.

No grupo por elas estudado (proprietários agrícolas, parceiros, trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários) um percentual significativo considerou importante que os filhos homens dominassem o conhecimento necessário ao trabalho agrícola mas, também, que eles se preparassem para exercer uma ocupação fora da lavoura. Uma proporção alta dos lavradores consultados, divididos entre o desejo de que seus filhos continuassem a trabalhar na agricultura e os anseios de que exercessem outra ocupação, cultivavam expectativas de que esses mesmos filhos pudessem fazer um curso superior e conseguissem ingressar em profissões como agronomia, veterinária, engenharia, medicina, ou mesmo, em proporção bem menor, em ocupações ligadas à prestação de serviços, à indústria ou ao comércio. No entanto, vários desses pais, em função das condições de vida que experimentavam, não sabiam dizer que ocupação os filhos realmente exerceriam. Um número expressivo considerava que eles acabariam mesmo trabalhando na lavoura; um grupo menor achava que eles encontrariam empregos nos setores de serviços, na indústria ou no comércio.

Quanto às filhas, além do preparo necessário à realização de tarefas domésticas, os pais, em sua maioria, almejavam a preparação para o exercício de ocupações fora da órbita agrícola, uma vez que o trabalho na lavoura é considerado muito pesado para a mulher. Era muito alto o número dos pais que desejavam ver suas filhas exercendo a ocupação de professora; uma proporção menor desejava que trabalhassem como médicas e, finalmente, um grupo ainda menor esperava que as filhas viessem a trabalhar na prestação de serviços, na indústria ou no comércio. Mas, da mesma forma que no caso dos filhos, tinham clareza de que esses desejos dificilmente se realizariam.

De qualquer forma, a comparação entre as expectativas desses lavradores para com seus filhos e as dos pais dos trabalhadores entrevistados para fins deste trabalho revela a distância que as separa. Enquanto neste último caso não há menções a ocupações definidas almeçadas para os filhos (à exceção de um caso), muito menos a profissões que exijam escolaridade prolongada e for-

4 Em 1985 esses percentuais eram, respectivamente, de 3,3% e 14,6%.

5 No geral os dados fornecidos por Cândido Gomes (1986), ao referir-se ao primeiro ingresso na PEA dos operários industriais que estudou, confirmam as afirmações acima. Tais operários, na sua maioria migrantes, ingressaram em atividades no setor rural, comércio, construção civil e ostentavam baixa escolaridade: "quase um quinto não tinha qualquer escolaridade ou alcançava apenas até dois anos de escolaridade, ao passo que ao todo quase dois terços apresentavam escolaridade até quatro anos". Entre os trabalhadores que entrevistei, oito ingressaram precocemente na PEA. Destes, quatro não chegaram à 4ª série do 1º grau, dois tinham o 1º grau incompleto, um o 1º grau completo e um terminou o 2º grau. Dos dois que não se inseriram precocemente na PEA, um havia terminado a 4ª série do 1º grau e outro não havia completado o 1º grau.

mação de nível superior, no estudo de Demartini & Lang ocorre o contrário. Atribuo essa discrepância ao fato de que, embora ambos os estudos se debrucem sobre trabalhadores de origem rural, a investigação de Demartini & Lang se refere a um passado recente (1979) envolvendo uma população não migrante, situada num Estado economicamente poderoso, com facilidades educacionais muito disseminadas, enquanto que nossos entrevistados têm como referência um passado um tanto mais longínquo (1954 a 1971) vivido em regiões muito mais pobres e menos servidas de facilidades urbanas. Além disso, a condição de migrantes de suas famílias indica que seu grau de pauperização seria provavelmente maior que o do grupo de lavradores do estudo de Demartini & Lang. Para estes, apesar de tudo, o horizonte seria mais amplo possibilitando mirar mais alto em relação às ocupações futuras dos filhos e até nomeá-las. Para aqueles a meta era mais modesta: bastava que os filhos pudessem estudar um pouco e, depois, que tivessem uma profissão, não importava qual. No entanto, ambos os grupos se reencontram face à realidade e nisso se juntam aos nossos depoentes quando estes comentam sobre suas preferências ocupacionais infanto-juvenis: "mas era só um sonho".

Parece operar aqui algo semelhante à relação estabelecida por Caldeira (1985, p. 185) entre modelo⁶ e realidade ao analisar os projetos de vida de moradores da periferia da Grande São Paulo. As aspirações de pais e filhos em relação ao futuro são, aparentemente, calcadas nas avaliações que estes fazem "dos mecanismos sociais disponíveis (aqueles a seu dispor)" tendo em vista alcançar um objetivo (um futuro melhor). Mas, como diz Caldeira (1984, p. 85), "há uma grande distância entre, de um lado, a percepção do funcionamento dos mecanismos sociais e o projeto que se traça com relação a ela e, de outro, a maneira de concretizar esse projeto. Essa distância é a mesma que existe entre um modelo da realidade e a própria realidade".

Mas há nuance nessa relação, considerando-se o grupo de agricultores estudados por Demartini & Lang e aquele sobre o qual me debrucei. Nas aspirações dos agricultores que foram objeto da primeira investigação há, entre o aspirado e a realidade, uma distância maior que a que me foi dado observar entre os trabalhadores que entrevistei. Na verdade, para os pais de alguns deles, essa distância é quase inexistente, pois não prevalecem perspectivas de melhoria. Neste caso, a aspiração, à falta de outras alternativas, era a de que os filhos praticamente reproduzissem a forma de viver dos pais.

A TRAJETÓRIA OCUPACIONAL – UMA CIRANDA MARCADA PELA BUSCA DE QUALIFICAÇÃO

Quando se examinam os projetos de carreira dos membros da pequena burguesia e da burguesia ou os projetos que estes têm para seus filhos, ou os que estes alimentam, observa-se, no geral, a preocupação em definir com clareza uma determinada meta ocupacional, expressa sob a forma de uma profissão específica, à qual está imediatamente associado um curso de capacitação profissional, usualmente realizado em nível universitário. Com pequenas variações, porém com muito mais obstáculos,

esse padrão é também almejado, perseguido e algumas vezes realizado por integrantes de frações das classes subalternas em processo de ascensão. O que caracteriza esse projeto, do ponto de vista dos sujeitos que o fazem, é a definição da carreira e a existência de passos definitivos para efetivá-la.

Com trabalhadores como os que entrevistei, a característica principal é a indefinição quanto à carreira ocupacional. Tal indefinição não resulta da incapacidade dessas pessoas de se proporem um projeto de carreira, ainda que não o explicitem. Ela é fruto, mais propriamente, da condição de classe desses indivíduos. É esta que não lhes permite a formulação desse projeto, nos mesmos moldes daquele traçado pela pequena burguesia e pela burguesia, e muito menos, sua realização. O exame de alguns aspectos da trajetória ocupacional dos entrevistados pode esclarecer melhor essa questão.

Um desses aspectos – marcante por sinal – é a mobilidade em que os informantes se envolvem enquanto membros da PEA.

A MOBILIDADE OCUPACIONAL E DE EMPREGOS

É possível distinguir, de início, dois tipos de mobilidade nas histórias desses trabalhadores: ocupacional e de empregos⁷. Estou denominando de mobilidade ocupacional a passagem que o trabalhador realiza de uma ocupação a outra, ainda que por um período limitado de tempo. A mobilidade ocupacional e a de emprego podem ou não coincidir. Um trabalhador pode permanecer na mesma ocupação, mas mudar de emprego. Por outro lado, pode permanecer empregado em uma mesma empresa por longos anos e mudar de ocupação ao galgar posições no interior da mesma. A mobilidade de empregos tem sido associada ao que se chamaria de mobilidade horizontal. Luiz Pereira (1965) fez uso do conceito ao discutir a constituição do operariado brasileiro. O conceito de mobilidade horizontal pode ser associado ao de mobilidade ocupacional, nos casos em que coincidem a mudança de emprego e de ocupação. Mais comumente, no entanto, a mobilidade ocupacional se associaria à mobilidade vertical, ou mobilidade intra-empresa, como a denomina Luiz Pereira.

6 A autora utiliza o termo modelo em função do referencial teórico de que se vale. De acordo com esse referencial, um dos significados do termo modelo representa uma idealização e uma simplificação do real, presente nas representações que os indivíduos fazem desse real. A idealização incorpora dimensões objetivas do real, mas também introduz nele avaliações e concepções que não têm correspondência nesse real. Mas, como a realidade "é muito mais complexa e contraditória que o modelo", os indivíduos são obrigados a produzir contínuos rearranjos à medida que percebem a distância entre uma e outra.

7 Devo esclarecer que estou considerando como mudança de ocupação todos os casos em que há uma alteração na condição funcional do trabalhador (por exemplo, quando o trabalhador passa de *meio oficial ajustador* a *ajustador*). Nesse sentido, há mudança de ocupação inclusive no caso em que o trabalhador, embora permanecendo membro de uma categoria profissional mais ampla (a de metalúrgico, por exemplo) exerce, no interior da mesma, diferentes ocupações. Por outro lado considero como emprego inclusive os casos em que o entrevistado trabalhou com os pais ou por conta própria.

O exame da trajetória ocupacional dos trabalhadores aqui considerados evidenciou uma intensa mobilidade ocupacional e de empregos. Apenas três deles ostentavam, até 1983, um índice reduzido de mudanças ocupacionais. Nos casos restantes o número mínimo de mudanças é de cinco. Quanto à mobilidade de empregos, apenas um dos trabalhadores passou por dois empregos. Nos demais casos houve uma grande variação no número de empregos ocupados, oscilando esse número entre os três empregos ocupados por um dos trabalhadores e os oito ou nove pelos quais passaram quatro outros. Em termos médios ocorreram no grupo cerca de 5 mudanças de ocupação e cerca de 6 mudanças de emprego.

Tentativas de encontrar explicações para essa mobilidade ocupacional e de empregos, relacionando-a à duração das trajetórias e à escolaridade dos trabalhadores entrevistados, resultaram infrutíferas. No entanto, o discurso dos trabalhadores, quando falam de suas trajetórias profissionais, forneceu um rico material para análise. Um exame minucioso das entrevistas evidenciou a existência de um sem número de razões específicas tanto para as mudanças de emprego quanto das ocupações, observando-se uma grande dispersão entre elas⁸.

Não obstante essa dispersão, há, entre os motivos detectados para mudanças de empregos e ocupações, alguns que são mais ou menos comuns para vários trabalhadores. Algumas mudanças de emprego decorreram, por exemplo, do próprio processo migratório, assim como de processos de demissão. Entre os motivos comuns para as mudanças ocupacionais observa-se a necessidade de encontrar novas ocupações no meio urbano. O que chamou mais a atenção neste particular foi o fato de que várias mudanças ocupacionais aconteceram em decorrência dos esforços empreendidos por um grupo de seis dos entrevistados no sentido de se aperfeiçoarem ou progredirem profissionalmente.

Há alguns aspectos relativos a essa questão que merecem uma discussão mais demorada.

O primeiro deles diz respeito à postura assumida pelas mulheres do grupo entrevistado, relativamente à ascensão ocupacional. Diferentemente dos trabalhadores do sexo masculino que empreenderam uma árdua luta no sentido de obterem uma qualificação profissional, as mulheres aparentemente "acomodaram-se" em patamares profissionais inferiores (entre quatro trabalhadores que não desenvolveram esforços na direção do aperfeiçoamento profissional, três eram mulheres).

No entanto, as entrevistas deixaram claro que a suposta "acomodação" dessas mulheres é, na verdade, expressão das enormes dificuldades que encontraram para obterem melhores postos, quando assalariadas, acrescidas da sobrecarga representada pela dupla jornada. Os obstáculos à ascensão profissional parecem resultar de um duplo constrangimento: de um lado, as resistências à valorização do trabalho feminino no interior do processo produtivo; de outro, a socialização feminina, que acaba por fazer com que a argumentação contrária ao trabalho feminino seja acatada e posta em prática. De alguma forma, a "minoridade" profissional termina por ser, pelo menos nos casos que estudei, assumida pela própria mulher que, assim, a justifica. A promoção para melhores postos passa a ser da alçada exclusiva dos supervisores. De

conquista possível, passa a dádiva. Essa mesma socialização, bem como a pressão social, fazem com que a casa e a família sejam percebidas e vividas como o centro das atenções femininas, da mesma forma que, para os homens, esse centro é representado pelo trabalho.

Dessa forma, o trabalho de mulheres casadas (caso das minhas informantes) apresenta-se como secundário em relação ao do homem (trabalha para ajudá-lo e aos filhos), servindo de complemento. Essas mulheres, na realidade, são em primeiro lugar mães, e é enquanto tal que exercem uma ocupação, quando necessário. Isto é fundamental para sua representação da condição de trabalhadoras. Como diz Caldeira (1985, p. 177), "ao conceberem seu trabalho fora de casa como ajuda e exceção, deixam de delinear sua identidade de trabalhadoras. Isto se manifesta de várias maneiras. Uma delas é não se preocuparem com a formação profissional para si mesmas".

Um segundo aspecto a ser notado é o de que, na maior parte dos casos, os motivos detectados para a ocorrência de mudanças de emprego refletem o peso da interferência de condições circunstanciais vividas por esses trabalhadores durante sua trajetória ocupacional. Tais condições são indicadores, no meu entender, tanto quanto a intensidade da mobilidade observada, da "fragilidade" das "carreiras" desses trabalhadores, se as compararmos, por exemplo, às "carreiras" dos que, por sua condição de classe, têm condições de nelas investir desde cedo, seja em termos de preparo profissional, seja em termos do cultivo de relações que viabilizem o exercício das ocupações nas quais centraram seus esforços.

Dito de outra forma, as carreiras dos trabalhadores aqui considerados aparentemente sofreram uma série de injunções que escaparam a seu controle, ou sobre as quais tiveram um controle precário, disso resultando que seus desdobramentos se deram, muitas vezes, em direções bastante diversas das que provavelmente desejariam. Tal situação não constitui surpresa, se considerarmos a condição de classe dos entrevistados. Na verdade ela expressa o esperado: as determinações de classe das quais são expressão, entre outros, o baixo poder aquisitivo, a limitada escolaridade e as dificuldades de acesso a mais educação, a precária ou inexistente qualificação para o exercício da maior parte dos empregos urbanos, em geral, e para os mais bem remunerados, em particular, tendem a restringir drasticamente as possibilidades de formu-

8 A título de ilustração, listo algumas das razões detectadas referentes à:

a) *mudança de empregos* - "por não querer ir para o local de trabalho designado pela firma", "por mudança da família", "por incompatibilidade com o trabalho", "por doença profissional", "para se aproveitar dos benefícios legais (FGTS, 13º salário, férias etc.) em virtude de problemas econômicos na família", "por não dispor de capital para dar continuidade ao trabalho como 'autônomo'", "porque voltou à terra de origem com saudade dos filhos", "por falência da firma" etc.

b) *mudança de ocupações*: "porque era o tipo de trabalho mais acessível a menores", "por ter oportunidade de morar e comer no emprego", "por motivo de doença profissional", "por não gostar do trabalho que estava realizando", "em virtude de rompimento da vida conjugal" etc.

lação de um projeto de carreira ocupacional e, nos casos onde ela é possível, tendem a dificultar sua viabilização.

A afirmação anterior nos conduz à discussão de um terceiro aspecto relacionado aos esforços dos trabalhadores em busca de aperfeiçoamento. Ela autoriza a conclusão de que trabalhadores como os que estamos discutindo estão inteiramente submetidos às determinações de sua classe de origem no que diz respeito à trajetória profissional. No entanto, um exame mais detido dessa trajetória mostra ser esta conclusão um tanto apressada, ainda que não se deva absolutamente desconsiderá-la.

Esse exame aponta inicialmente para as perspectivas que os entrevistados se colocam de obter progressos em sua trajetória ocupacional, através de ações por eles empreendidas com esse objetivo. O progresso referido não representa, todavia, uma perspectiva aleatória de melhoria. Não é satisfatória, por exemplo, apenas a obtenção da melhoria salarial imediata, embora ela seja valorizada. O que está em jogo é algo mais significativo que aponta para a possibilidade de estabilidade e ganhos salariais assegurados de forma mais ou menos permanente. Em suma, o objetivo é a obtenção de uma qualificação profissional, qualquer que seja a ocupação a que se refira, desde que permita ao trabalhador situar-se no cenário produtivo urbano como alguém que tem uma profissão definida.

Não basta, todavia, a obtenção da qualificação. É necessário que ela seja pública e inquestionavelmente reconhecida. Esse reconhecimento é conferido pelo registro em carteira. Este assume as características e o valor equivalentes ao diploma, com uma diferença significativa: atesta, mais efetivamente que este, de forma oficial e aceita pelos pares e empregadores, a real qualificação de seu portador⁹. Daí a preocupação em "não sujar a carteira" com o registro de atividades não qualificadas, de menor qualificação ou com remuneração incompatível com a qualificação nela indicada.

A obtenção da carteira de trabalho e o registro, nela, da condição de trabalhador qualificado representa para o migrante o coroamento de um processo, às vezes breve, às vezes longo, mas sempre penoso, de transformação de si próprio em trabalhador urbano; isso lhe exige, além da aquisição de habilidades técnicas, um processo de aculturação, representado pelas formas de se inserir e de viver no espaço urbano (cf. Durham, 1978). Até que isso seja conseguido, o trabalhador rural tende a ser aproveitado naquelas atividades em que a socialização recebida no meio rural seja, além de mais adequada, útil. Via de regra, segundo Durham, essas atividades estão confinadas ao subemprego e o migrante se propõe desempenhá-las, quaisquer que sejam, pois não lhe restam outras alternativas. Um olhar retrospectivo aos discursos de meus informantes e aos momentos iniciais de sua trajetória confirma essas afirmações. A autora identifica essa situação, no meu entender equivocadamente, à de marginalização profissional¹⁰.

A mobilidade de empregos e ocupações que observamos entre nossos entrevistados foi também detectada por Pereira e Durham. De acordo com ambos, essa mobilidade se faz com um objetivo básico: "melhorar de vida".

Pereira (1965) e Durham aproximam-se no sentido de encarar a mobilidade de empregos e ocupações como estratégia de mobilidade social. No entanto, diferem no tra-

tamento da questão em função de suas preocupações específicas. Durham a examina basicamente pela ótica da integração/não-integração do migrante ao modo de vida urbano. Pereira tem como intenção fundamental discutir o modo de ser operário no processo de constituição/reconstituição do operariado brasileiro, num momento determinado do processo de industrialização-urbanização do país.

No tocante ao movimento indicado por esses autores, cabe uma consideração especial a respeito do trabalho por conta própria¹¹, por duas razões: primeiro em função da importância desse tipo de atividade na "carreira" dos trabalhadores migrantes e, segundo, em função da posição assumida por meus informantes a respeito.

Tanto Durham quanto Pereira apresentam o trabalho por conta própria como ápice da carreira profissional dos operários. Em ambos os estudos, a valorização da autonomia aparece, de um lado, como o motivador principal da busca desse tipo de trabalho e, de outro, como o critério principal utilizado pelos operários para classificá-los no topo da hierarquia das ocupações que se lhes afiguram possíveis de serem exercidas.

9 Não é sem razão que trabalhadores nessa condição consideram a carteira de trabalho seu documento mais importante. Perante os pares e empregadores é um atestado de identidade profissional. Perante a polícia, um atestado de cidadania. Além do mais, o registro em carteira assegura, ao menos formalmente, o direito à participação nos benefícios conferidos pela legislação trabalhista.

10 O equívoco em que incorre Durham é o de supor como marginais as atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação, oferecem baixa remuneração e são exercidas sem contrato de trabalho.

Esse equívoco a faz classificar como marginais várias atividades econômicas desempenhadas pelos migrantes que poderiam ser denominadas, segundo Souza (1980), de "formas de organização não tipicamente capitalistas". Entre elas se incluem os "trabalhadores por conta própria subordinados" (costureiras de indústria de confecção, ajudantes de cozinheiros, de ambulantes, de caminhoneiros etc.), os "pequenos vendedores de serviço" (limpeza de estabelecimentos, carga e descarga de caminhão), os prestadores de "serviços domésticos" (empregadas domésticas, faxineiras diaristas), citados pela autora como exercendo atividades profissionais marginais. O equívoco é ainda maior quando é considerado marginal o trabalho do operário não qualificado da construção civil, uma vez que este está diretamente ligado ao núcleo tipicamente capitalista de produção. A concepção do trabalho não ligado ao núcleo capitalista de produção como marginal está ligada à "teoria da marginalidade", subsidiária de um modelo dual da economia, segundo a qual dar-se-ia, nas economias latino-americanas, a formação de um "pólo marginal" integrado pela mão-de-obra não participante do núcleo capitalista e que teria um funcionamento autônomo em relação a esse mesmo núcleo (cf. Quijano, 1971 apud Caldeira, 1985, p. 76). Para uma discussão mais detalhada criticando a concepção do trabalhador não assalariado como "trabalhador marginal", ver Prandi, (1978, p. 25-7). Com relação à concepção distorcida do terciário como "inchado" (no qual se incluem algumas das atividades aqui listadas) ver Oliveira (1976, p. 24-7).

11 Embora tenha consciência de que as categorias "trabalhador por conta própria" e "trabalhador autônomo", que aqui emprego como sinônimas, abarquem uma ampla e heterogênea gama de ocupações (do vendedor ambulante ao profissional "free lancer" em várias áreas, por exemplo), estou restringindo sua utilização, neste estudo, aos trabalhadores que atuam em empresas familiares, aos que trabalham como subordinados de grandes empresas sem estar a elas vinculados (por exemplo, costureiras e bordadeiras que ganham por peça), aos ambulantes, às domésticas etc.

Para Durham essa valorização se apresenta como extensão, ao trabalho urbano, do sistema de valores utilizados para avaliar o trabalho rural no qual "a autonomia do trabalho se apresenta como manifestação da liberdade da pessoa e define a posse plena do *status* de adulto" (Durham, 1978, p. 161). Sob essa ótica e segundo a autora, o trabalho urbano, na condição de operário, é aceito pelos migrantes em função da remuneração que oferece, mas é tido como transitório, na medida em que tende a contrariar a busca da autonomia. Entre um e outro tipo de valorização (ganhos maiores e autonomia) o trabalhador migrante tenderia, segundo Durham, a emprestar ao trabalho na indústria um valor instrumental, ou seja, este forneceria a oportunidade de obtenção da qualificação técnica e, ao mesmo tempo, permitiria a formação de um fundo de reserva. Ambos poderiam ser utilizados na instalação de pequenas firmas (Durham, 1978, p. 167). O trabalho por conta própria apresenta-se, dessa forma, como um ideal, nem sempre formulado explicitamente, que orientaria os rumos das "carreiras" profissionais do migrante. Sob esse aspecto (o da existência de um projeto orientador) as "carreiras" desses trabalhadores se assemelhariam, guardadas as devidas proporções, aos projetos profissionais de membros da pequena burguesia e da burguesia.

Pereira concorda com o enfoque segundo o qual o trabalho no meio urbano, como operário, é visto pelo trabalhador como transitório, sendo o trabalho por conta própria a expressão mais radical da negação da condição operária orientada pelo desejo de melhor remuneração e maior autonomia. Mas não entende, como Durham, que a valorização do trabalho por conta própria resulte da tentativa de reviver, através dessa modalidade de trabalho urbano, formas de ser presentes no meio rural. De acordo com seu ponto de vista, "longe (...) de ser reminiscência da vivência prévia, pelos agentes, de configurações pré-capitalistas de vida - em setores sócio-geográficos com economia de subsistência (...) o difundido desejo de trabalhar por conta própria nasce da dinâmica interna da participação no operariado em particular e da dinâmica interna da formação econômico-social capitalista como um todo" (Pereira, 1965, p. 191)¹².

Prandi tem ponto de vista semelhante ao de Pereira, neste particular. Para ele, o trabalhador autônomo desempenha o papel de "coadjuvante secundário" no antagonismo capital/trabalho. No entanto, o trabalho por conta própria constitui parte integrante do processo capitalista de produção, ainda que, em si mesmo, possa ser considerado uma forma arcaica de trabalho. Nesse sentido, o capital se vale do trabalho por conta própria, primeiro para manter o exército de reserva, depois como contribuição para o rebaixamento do custo de reprodução da mão-de-obra assalariada, seja através da prestação dos serviços de reparação de mercadorias, seja através da complementação dos salários (Prandi, 1978, p. 36-45).

Nem todos os meus informantes se enquadram no padrão ascensional descrito por Pereira e Durham, no que diz respeito ao trabalho por conta própria. Seis dentre eles desempenharam atividades como autônomos, enquanto integrantes da PEA urbana¹³. Mas o fato de terem-no feito não significou, necessariamente, que tal se deu por uma valorização do trabalho por conta própria. A rigor, dos seis, apenas três encararam o trabalho por conta própria

na mesma perspectiva descortinada por Durham e Pereira. Seria interessante questionar as possíveis razões que tornam esse grupo de migrantes discrepantes, em relação à valorização do trabalho autônomo, daqueles a que se referem esses autores.

De um lado é preciso salientar, inicialmente, que na composição da PEA urbana a participação do trabalhador autônomo é relativamente pequena. Prandi (1978, p. 63) menciona que, em 1970, o trabalhador por conta própria representava cerca de 20,6% da PEA brasileira urbana, um percentual 15,8 pontos menor do que em 1940. Segundo a mesma fonte, as regiões mais desenvolvidas economicamente tendem a apresentar menores contingentes de trabalhadores por conta própria. No caso de São Paulo a variação entre 1940 e 1970, embora para menor, foi insignificante (de 7,2% em 1940 para 7,0% em 1970). Trabalhando com dados coletados em 1979 por Caldeira (1985, p. 84) relativos à população de um bairro da periferia da Grande São Paulo, percebe-se que, nessa época e local, cerca de 30% das pessoas ocupadas eram trabalhadores por conta própria, sendo que, entre estes, a maioria era representada por mulheres, principalmente empregadas domésticas (61,2%). Dentre os homens ocupados, apenas 18% estavam incluídos na categoria trabalhador por conta própria.

A baixa proporção de trabalhadores autônomos na PEA urbana, especialmente nos grandes centros econômicos como São Paulo, deve-se a duas razões complementares: em primeiro lugar, como nesses centros estão concentrados as grandes empresas capitalistas, a probabilidade de participação da mão-de-obra nesse setor é muito maior do que nas atividades autônomas; em segundo lugar, as possibilidades de instalação e manutenção de pequenos negócios por conta própria são muito reduzidas para o segmento da população que o tenta, em virtude do capital necessário para tal (embora pouco), geralmente obtido via poupança familiar. Mas isto faz parte da própria lógica do capital a quem interessa manter como trabalhador autônomo um determinado contingente da população nem tão pequeno que não lhe permita deprimir os salários, nem tão amplo que ameace a estabilidade do sistema.

Nesse sentido, é importante pensar a valorização do trabalho por conta própria, na relação com seu contrário: o trabalho assalariado. Na verdade, inexistem dois mercados de trabalho estanques, o do setor capitalista e do setor autônomo, aos quais os trabalhadores não qualificados ou semiquilificados podem se candidatar. Muito menos o exercício de atividades ocupacionais em um deles se sucede ao outro, numa escala hierárquica em que o trabalho por conta própria (mais valorizado pelo critério da autonomia) é antecedido pelo trabalho assalariado na indústria (etapa transitória para o trabalho autônomo, segundo a leitura da trajetória dos migrantes feita por Pereira e Durham). É possível até que essa sucessão postulada

12 Ver, a respeito, Coutinho (1980), quando este discute a condição do trabalhador da construção civil.

13 Estou desconsiderando, neste cômputo, o exercício de trabalho por conta própria realizado por alguns dos informantes no início de suas "carreiras" porque este não representou uma "opção" pelo trabalho autônomo, mas uma resposta a contingências.

pelo trabalhador não qualificado ou semi-qualificado em termos de hierarquia de valoração do trabalho, mas a prática desse trabalhador lhe ensina que, na realidade, há um trânsito freqüente de um setor a outro e, não raramente, a complementação do trabalho assalariado com o trabalho autônomo, usualmente com o envolvimento da família. Em outros termos, a dinâmica do modo de produção capitalista incentiva, e ao mesmo tempo dificulta, o trabalho por conta própria¹⁴, empurra o trabalhador não qualificado ou pouco qualificado para ele e dele o retira. Todavia, a nível ideológico alimenta-se, para esses trabalhadores, as crenças de que poderão escapar a essa dinâmica e conquistar independência financeira, autonomia no processo produtivo e estabilidade através do trabalho autônomo.

Embora o que foi dito acima possa servir para esclarecer, de forma geral, algumas razões pelas quais não é possível aceitar inteiramente o movimento ascensional descrito por Pereira e Durham, ajuda relativamente pouco o entendimento das razões pelas quais a valorização do trabalho autônomo não ocorre para a maior parte dos trabalhadores entrevistados para fins deste estudo. Acredito que Caldeira fornece uma pista interessante ao observar que seus informantes estabelecem constantemente diferenciações entre os trabalhadores. "De um modo geral, essa diferenciação envolve um juízo de valor, afirmando que o que é melhor confere mais *status* - ser conta própria, ter estudo e trabalho qualificado" (Caldeira, 1985, p. 193). Por aí se nota que ser "conta própria" ocupa o mesmo nível de valorização de ser trabalhador qualificado. São, portanto, categorias não excludentes, como parece ocorrer na hierarquia de valorizações presente em Pereira e Durham, especialmente quando a qualificação implica algum grau de poder, como ocorre, por exemplo, com um dos meus entrevistados. A exemplo deste, vários outros desenvolveram esforços consideráveis para obter algum nível de qualificação profissional. Aparentemente nem todos têm condições financeiras ou disponibilidade para arriscar, no deslocamento para o trabalho por conta própria, o "progresso" obtido na indústria a não ser que sejam praticamente "empurrados" para ele.

Por outro lado, isto não significa dizer que os trabalhadores entrevistados para este estudo estejam imunes ao modelo ideológico que faz parecer o trabalhador por conta própria como "o empreendedor virtual que se transformará idealmente no futuro empresário ou que logrará ocupar algum lugar de destaque no seio da pequena burguesia urbana, afirmando-se, com ele, a ideologia do esforço próprio e a virtude do trabalho" (Prandi, 1978, p. 61). A crença no esforço, a presença de uma certa "ética protestante" continuam presentes também entre os que não enveredaram pelo trabalho por conta própria. Ela apenas se expressa, em termos de relações de trabalho, por outra forma, como se verá adiante. O que está presente é uma ambigüidade entre uma e outra forma de se afirmar como trabalhador integrado ao urbano, sem que fique claro, para esse mesmo trabalhador, que tanto o assalariamento como o exercício da atividade autônoma representam sua submissão ao capital (Prandi, 1978, cap. VII).

AS ESTRATÉGIAS PARA A OBTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores entrevistados com a finalidade de obterem a qualificação técnica¹⁵ desejada. Os depoimentos desses trabalhadores trazem à baila dois pontos que devem ser detidamente analisados. Estes pontos referem-se de um lado, à questão do preparo profissional e, de outro, às concepções que orientam as estratégias desenvolvidas pelos informantes para viabilizar a ascensão ocupacional pretendida.

Relativamente ao preparo profissional verifiquei que a qualificação dos depoentes ocorreu predominantemente na prática, por um processo de "cavação"¹⁶, em que esses trabalhadores, vislumbrando a possibilidade de ascensão ocupacional através do contato e domínio do maquinário, de instrumentos, ou de técnicas, desenvolveram diferentes abordagens para viabilizar essa possibilidade, geralmente apoiados na curiosidade, na iniciativa, mas principalmente no que denominam de vontade e esforço¹⁷.

Raramente o esforço ascensional se apóia na realização de cursos profissionalizantes e muito menos em

- 14 O incentivo ao trabalho por conta própria é propiciado pelo capital, quer pelas oportunidades de qualificação oferecidas aos trabalhadores no contexto do trabalho assalariado (Coutinho, 1980), quer pelas condições adversas de trabalho oferecidas pelas empresas (Pereira, 1965), quer pela rotatividade que o capital imprime ao conjunto dos trabalhadores assalariados, quer pela utilização, em alguns casos (indústria de confecções, por exemplo), do esquema de produção autônoma de peças. Por outro lado, o capital dificulta o trabalho por conta própria na medida em que invade áreas de produção autônoma, oferece oportunidades de rendimentos regulares, atrai, com vantagens salariais e outras, trabalhadores autônomos em períodos de expansão da economia etc.
- 15 A qualificação técnica é percebida pelos trabalhadores como o canal pelo qual podem realizar suas aspirações de ascensão da condição de trabalhador rural à de operário qualificado e, eventualmente, de autônomo. A mobilidade intra-operariado é uma dessas formas pelas quais tal qualificação se processa, impulsionada pelas motivações para obter "melhores condições de vida", sendo estas, por sua vez, geradas pela defasagem entre socialização para o consumo e a socialização ou ressocialização para o trabalho que permita a realização desse consumo, ou, em outras palavras, pela defasagem entre a condição operária vivida e negada num dado momento e uma outra superior, aspirada.
- 16 Esse processo deixa claro que as carreiras de meus entrevistados são entretidas por escolhas e não-escolhas, num movimento que obedece, em última instância, às determinações econômicas, mas que não se reduz a mero reflexo destas. Se é verdade que, à exceção de dois dos informantes, os quais de alguma forma "planejaram" preparar-se para ocupações definidas, os trabalhadores entrevistados não escolheram as ocupações que exerciam quando foram abordados, não é menos verdade que alterações sofridas por suas carreiras podem ser creditadas, pelo menos em alguns momentos, a opções que fizeram entre diferentes cursos de ação e, principalmente, à sua intenção de conquistar uma identidade ocupacional que lhes permitisse situar-se no mercado urbano-industrial e serem nele reconhecidos como profissionais.
- 17 Nesse sentido, tendo a discordar de Kuenzer (1985, p. 172-3), quando identifica alguns dos mecanismos utilizados por trabalhadores para mudar sua condição ocupacional como formas de resistência à subordinação do trabalho ao capital, embora compreenda que este pode ter sido o caso na situação específica que estudou.

cursos de formação geral. À primeira vista pareceria que os informantes valorizam pouco o estudo. No entanto, seus depoimentos permitem entrever exatamente o contrário. A apropriação do conhecimento é importante, mas não de qualquer conhecimento: interessa o saber, mas apenas aquele que se refere às necessidades profissionais imediatas, que pode significar a diferença entre um e outro posto de trabalho, um e outro registro em carteira, um e outro nível salarial.

Todavia, se esse tipo de conhecimento, de caráter mais restrito e imediato, tende a ser percebido pelos trabalhadores considerados como aquele a que atribuem maior valor, não se dá exatamente o mesmo quando a questão dos estudos refere-se a seus filhos. Neste caso, a tendência foi a de perceberem a frequência à escola pela ótica da melhoria de condições ocupacionais futuras, reproduzindo a crença generalizada na mesma como canal de ascensão profissional e social. Mas nem todos participam desse ponto de vista, havendo alguns que desvalorizaram o ensino propiciado pela escola, ou por ser muito teórico, ou porque, com base em suas experiências, consideram que o fato de não terem frequentado a escola por mais tempo, não os prejudicou seriamente do ponto de vista profissional, uma vez que obtiveram sua qualificação através da prática.

Por outro lado, observei também a tendência entre alguns dos trabalhadores a assumir a crença na escola como canal de ascensão ocupacional e social em relação a suas próprias vidas. Nesse caso, lamentam-se de não ter podido prosseguir nos estudos quando eram jovens. Para esse subgrupo de trabalhadores sua experiência de vida confirma a crença na ascensão social através do estudo e alguns expressamente disseram desejar que os filhos estudem para não experimentarem as mesmas condições adversas que viveram.

É necessário considerar essa valorização diferenciada do estudo num plano que extrapole o nível individual para lhe conferir um significado mais completo. À primeira vista poderia parecer que a não valorização de formas de qualificação profissional exteriores ao local de trabalho, assim como a valorização, para os filhos, do estudo "em geral" oferecido pela escola, resultaria apenas da vontade individual, além de soar contraditória.

Na verdade, essas valorizações diferenciadas são expressões, a nível individual, das formas pelas quais as empresas se organizam para arregimentar e qualificar a mão-de-obra. Nesse sentido, quando os pais expressam o desejo de que seus filhos vão à escola, se "formem" e depois escolham uma profissão, fazem-no porque sabem que, devido à postura das empresas de estipular a escolarização pelo menos a nível das quatro séries iniciais do 1º grau como atributo genérico do operariado, terão mais chances aqueles que tiverem maior escolaridade, ainda que suas oportunidades ocupacionais possam se restringir, na prática, às ocupações manuais semiqualficadas. Por outro lado, a valorização da aprendizagem em serviço na verdade representa a incorporação a nível individual, das práticas desenvolvidas pelas empresas para capacitar, em curtos períodos de tempo, a baixo custo, a mão-de-obra não-qualificada, de modo que se torne semiqualficada ou qualificada.

A discussão anterior conduz a duas questões interligadas: a relação entre teoria e prática no processo de qualificação dos trabalhadores considerados e a valorização/desvalorização da escolarização.

Como os depoimentos deixaram claro, estabeleceu-se no processo de aprendizagem profissional dos trabalhadores aqui considerados uma clara cisão entre teoria e prática, decorrente da forma particular pela qual esses trabalhadores foram ressocializados para o trabalho urbano. O fato desses depoentes não terem qualificações técnicas para o trabalho urbano e o fato de possuírem, no geral, baixa escolaridade fez, como vimos, que se inserissem no trabalho urbano através de atividades muito simples, demandando pouco ou nenhum treinamento. A passagem desses postos de trabalhos iniciais para outros mais altos na hierarquia ocupacional das empresas empregadoras também se deu através de um longo aprendizado na prática.

No meu entender, esse processo de aprendizagem fez com que os trabalhadores aqui considerados percebessem a prática como o procedimento mais adequado (e talvez o único desejável) para a aquisição de algum nível de qualificação profissional. Entendamos bem: de fato, do ponto de vista da empresa, esse procedimento é efetivamente o mais adequado. O problema é que, ao ser erigido à condição de processo único, conduz à "naturalização" da prática e à sua valorização, contrapondo-a ao saber teórico que é, por essa forma, desvalorizado.

O que ocorre, portanto, a nível das relações de trabalho, no que diz respeito ao saber prático? De um lado ele é valorizado pela empresa como forma de promoção do trabalhador a posições superiores. Por outro lado, a empresa desvaloriza esse mesmo saber, quer utilizando-o como forma de dominação, quer para justificar diferenças e hierarquias salariais. O saber teórico, por sua vez, é visto como desnecessário ao encarceramento desses trabalhadores mas, ao mesmo tempo, é valorizado positivamente sob duas formas: ao servir de base para o estabelecimento das diferenças salariais e ao justificar a separação entre o pensar e o fazer. Por essa forma o trabalhador não-qualificado ou semiqualficado é levado a estabelecer com sua prática uma relação contraditória: ela é, ao mesmo tempo, o canal pelo qual pode ascender a melhores posições e a justificativa para mantê-lo em patamares mais baixos na escala salarial.

Essa contraposição teoria/prática cumpre um importante papel ideológico. Como diz Kuenzer (1985, p. 138), nega-se por essa forma "o trabalho como local privilegiado de produção do saber" deslocando essa produção do nível coletivo para o individual, e o processo produtivo para outras instâncias às quais o operário (especialmente o não-qualificado ou semiqualficado) não tem acesso, tais como as escolas em geral e os centros de pesquisa. O saber legítimo passa a ser o dos intelectuais, o dos que pensam, planejam e projetam. O saber espúrio, embora útil ao capital, é o do trabalhador, gerado no cotidiano das relações produtivas.

É por essa razão que o discurso desses trabalhadores é, às vezes, aparentemente contraditório e, em muitas ocasiões, recheado de ambigüidades: valorizam/desvalorizam o saber teórico e o saber prático. Essa ambigüidade se evidencia também quando se trata do futuro

dos filhos, pelo menos no que diz respeito a meus informantes: embora tendencialmente o grupo cultivasse a expectativa de que os filhos frequentassem a escola, nem todos a valorizaram por ser "muito teórica".

Por outro lado, a dicotomização entre teoria e prática operada no nível das relações de trabalho e incorporada pelos trabalhadores tende a fazer com que estes estabeleçam também uma distinção entre dois tipos de escola: a que transmite o saber em geral e a que profissionaliza. Via de regra, embora esse dado não tenha se feito presente no discurso de meus depoentes, o curso profissionalizante é percebido como aquele que tem condições de conferir aos filhos o saber técnico para que possam obter melhores empregos e, em conseqüência, melhor nível de vida. É por essa razão que os pais de crianças das classes subalternas tendem, primeiramente, a valorizar a escola em geral e, depois, quando os filhos conseguem nela permanecer para além da 4ª série do 1º grau, tendem a reivindicar que as restantes séries desse grau assumam caráter profissionalizante. Mas não na forma proposta pela Lei 5.692/71 ou pela Lei 7.044/82.

A expectativa de que os filhos vão à escola, aí permaneçam e, em função disso, obtenham melhores condições de vida é, na verdade, elemento constituinte do projeto familiar de ascensão social. Idealmente esse projeto antecipa para os filhos ocupações "mais altas" que as dos pais. Mas, ao mesmo tempo, essas expectativas tendem a ser realistas, como já foi possível observar quando os pais de meus depoentes se referiam ao futuro destes. Esse realismo, por outro lado, torna as expectativas em relação aos filhos heterogêneas no interior do operariado.

Assim, tanto os operários não-qualificados quanto os qualificados almejam para os filhos profissões socialmente valorizadas (médico, engenheiro etc.). Os primeiros, entretanto, percebem, ao mesmo tempo, essa aspiração como impossível de ser concretizada. Nesses casos os cursos profissionalizantes e a possível vivência, pelos filhos, da condição operária qualificada ou da condição não-operária, no nível das ocupações não-manuais, passa a ser o horizonte das aspirações ascensionais. Mas, para os membros do operariado qualificado, a aspiração de que os filhos possam ser algo mais que operários já se coloca no nível do realizável. Nessas circunstâncias a demanda já não é mais pelos cursos profissionalizantes. O horizonte se amplia para o 2º grau e para a universidade.

No que diz respeito às concepções que orientam a busca da ascensão ocupacional foi possível detectar, nos depoimentos, a enorme valorização que os informantes atribuíram ao esforço, aos mecanismos informais para obtenção de oportunidades ascensionais (que denominei, genericamente, de "cavação"), à iniciativa, à criatividade, à curiosidade, à responsabilidade. São inúmeras as passagens em que se mencionam, a "vontade" e a "força de vontade" como propulsoras do "progresso" profissional. Complementarmente, e em sentido contrário, encontram-se várias alusões que "explicam" os fracassos profissionais ou as dificuldades para obter uma ocupação como decorrentes do não-empenho, da irresponsabilidade ou da ausência de vontade.

Esse enfoque revela que os informantes desenvolveram, em relação à ascensão ocupacional, uma con-

cepção marcada pelas crenças liberais burguesas. De um lado, o projeto de ascensão é uma "ousadia" individual. Não no sentido de que o trabalhador a realiza isoladamente. Ao contrário, o projeto envolve, se necessário, familiares, amigos, superiores no local de trabalho e, quando possível, o próprio patrão. A todos é legítimo recorrer, inclusive às regras e normas não institucionais, tendo em vista o objetivo posto. Mas o projeto é do trabalhador e a ascensão é dele. Melhor dizendo, o projeto é familiar e a ascensão, também, se possível. Todavia esse familiar também não é o coletivo, no sentido de um movimento social dos trabalhadores. É apenas o projeto individual assumido como projeto familiar. Também não se torna coletivo pelo fato de ser possível reconhecer nele o projeto de milhares de trabalhadores. É projeto de um sem-número de trabalhadores, mas não do coletivo destes. Em suma, não é um projeto de classe, nem é um projeto político, embora atenda aos interesses econômicos e políticos do capital.

Por outro lado, é um projeto que se assenta na crença em uma sociedade aberta e igualitária. É possível a todos ascender, ainda que essa ascensão tenha limites, às vezes, como no caso presente, muito estreitos. Mas estes, idealmente, também podem ser rompidos, se não no espaço de uma geração, talvez no de três, quatro ou cinco. A própria trajetória de trabalho (pessoal, de membros da família, ou de amigos) se encarrega, em certas ocasiões, de comprovar empiricamente a crença, conferindo-lhe credibilidade adicional. As trajetórias de trabalho dos informantes que se empenharam em subir é um exemplo disso: praticamente todos "adquiriram" uma "profissão", tal como tinham se proposto no início dessa trajetória. É essa crença que lhes permite mirar mais alto em relação aos filhos, ainda que reconheçam as dificuldades que a família terá que enfrentar para que esses objetivos "ambiciosos" se realizem.

Se a sociedade é aberta, permitindo a ascensão, e se os projetos são individuais, então a ascensão real é apenas o fruto do esforço pessoal, que cada um deve realizar, explorando suas qualidades físicas, intelectuais ou morais. A disposição para o trabalho, a argúcia para aproveitar ou "cavar" as chances, a honestidade e a responsabilidade no desempenho das atividades se apresentam, assim, no cotidiano, como as chaves a serem acionadas para a obtenção do posto de trabalho mais qualificado, da "profissão" e de melhor qualidade de vida. Dessa forma, trabalhadores como os que estão sendo considerados neste estudo incorporam, a nível ideológico, os preceitos liberais-burgueses associados ao trabalho livre e pautam por eles seu caminho profissional. Por isso não são casuais, nos discursos dos informantes, expressões como "todo trabalho é digno", "o trabalho é a chave de tudo", "é uma forma de realização pessoal", as quais, tomando por referência o trabalho na sua dimensão mais geral, idealizada e a-histórica, adquirem, contudo, o estatuto de regras morais a orientar o cotidiano desses trabalhadores.

Todavia, nem o projeto de ascensão se realiza de forma linear, nem sua realização se dá apenas pelo empenho individual (ou familiar). Como me foi dado perceber analisando as entrevistas, as conquistas são entremeadas, em mais de uma oportunidade, de longos períodos de estagnação em uma dada ocupação, de mudanças de

emprego ou ocupação causadas por circunstâncias fortuitas que afetam a vida dos trabalhadores e de experiências de desemprego. Acredito que as situações de desemprego e de mudança de emprego não direcionadas pelo objetivo de ascensão devem fortalecer a expectativa de conquista da estabilidade a qual, por sua vez, está intimamente ligada à possibilidade do desempenho aceitável em uma dada "profissão".

Por outro lado, essa mesma preocupação com a "obtenção" da profissão, com a estabilidade e com a ascensão ocupacional fazem com que trabalhadores como os meus informantes tenham, no tocante às relações de trabalho que se dão no cotidiano do processo produtivo, atitudes que podem ser consideradas como de submissão às exigências do capital. Algo como a legitimação do processo de exploração pelo próprio explorado. Essas atitudes transparecem nos discursos de alguns desses informantes sob várias formas. Por vezes elas se expressam na postura do profissional que, preocupado em criar um ambiente de trabalho favorável, acaba por insistir na submissão às exigências patronais; outras vezes materializam-se na forma de comportamentos que agradem o patrão, a fim de manter o emprego ou obter promoções, ou na adesão acrítica a mecanismos utilizados pela empresa para aumentar a produtividade; em outras ocasiões, ainda evidenciam-se no "esquecimento", pelos trabalhadores, de processos de exploração vividos, ao serem alvos de elogio pela qualidade dos produtos obtidos.

No entanto, esses mesmos trabalhadores desenvolveram, em relação ao processo de produção, alguns *insights* que não poderiam lhes ser atribuídos, tivessem eles sido inteiramente submetidos pelo capital. Recorro, para evidenciar essa afirmação, aos testemunhos dos mesmos trabalhadores em cujos discursos encontrei elementos indicadores de sua submissão ao capital.

O mesmo trabalhador que insistia com os colegas que deviam ser mais produtivos porque a fábrica lhes pertencia, tanto quanto ao patrão, mencionou ocasiões em que assumiu o trabalho de outros porque estavam estafados ou relatou situações em que procurou melhorar o desempenho do maquinário visando à segurança do operador. Ao mesmo tempo, reportou-se às suas desavenças com os médicos porque atendiam mal aos trabalhadores que lhes eram enviados, fazendo diagnósticos apressados e fazendo-os retornar à produção quando não tinham condições físicas para tal. Na mesma perspectiva, relatou as disputas internas que manteve com a empresa a fim de obter conquistas salariais relativas ao cargo que desempenhava, argumentando, no entanto, que em 1983 isso já não seria possível. Apesar de não elaborar seu discurso em termos teóricos, o entrevistado tinha claro, nessa época, a ameaça que representa para os trabalhadores, numa época de desemprego (ele falava sobre o período de 1980/1981), a existência de um exército de desempregados. Como tinha claro que as conquistas em termos de melhores condições de trabalho no interior da empresa não se dão sem enfrentamentos, nem sem controle e repressões. A seu modo, e a partir da experiência concreta, ele evidenciou alguns aspectos antagônicos da relação capital/trabalho.

Outro dos entrevistados também se deu conta, empiricamente, da existência de um exército de desempregados, o que facilitava, enormemente no seu entender, os procedimentos de seleção e dispensa utilizados pela firma onde atuava. Mas sua percepção a respeito do desemprego era muito mais aguda, não se restringindo aos efeitos internos sobre a produção. Ele situou a questão do desemprego no âmbito da crise econômica, em um longo depoimento. No seu entender, a crise econômica (que ele chamou de crise política) gerou dificuldades de importação. As firmas que dependiam desta foram obrigadas a diminuir a produção, gerando desemprego, afetando a circulação e o consumo.

No entender desse trabalhador, o desemprego não afeta categorias profissionais específicas, mas setores específicos da produção alcançados pela crise econômica; e, no interior deste, tanto os operários especializados quanto os não-especializados, tanto os mais quanto os menos produtivos.

Um terceiro trabalhador estabeleceu, superficialmente, relações diretas entre desemprego, níveis de salário e automação.

Finalmente, uma das trabalhadoras que se submeteu a um brutal processo de exploração relatou como ela e suas companheiras reagiram mais de uma vez aos baixos salários paralisando a produção através de greves.

CARÁTER CONTRADITÓRIO E AMBÍGUO DOS PROJETOS DE ASCENSÃO

Os projetos de ascensão dos trabalhadores e suas tentativas de realizarem-nos afiguram-se, pelo que foi possível perceber, como empreendimentos permeados por contradições e ambigüidades. A compreensão de como estas se determinam pode contribuir para o melhor entendimento das trajetórias desses trabalhadores.

Em parte essas contradições e ambigüidades podem ser creditadas ao próprio esforço ascensional. Conquanto a busca de melhores condições de vida resulte numa eferescência difusa no seio da práxis operária cotidiana apontando para o inconformismo, o que resulta é a reafirmação da persistência da condição operária e da subordinação ao capital, uma vez que, sendo os projetos ascensionais de caráter individual, não contribuem para alterar o condição operária do ponto de vista de classe.

Chauf (1981) discutindo a "cultura do povo" no Brasil, após algumas considerações a respeito das visões distorcidas acerca dessa cultura no seio da sociedade brasileira, alinha alguns exemplos das ambigüidades presentes nas falas e ações de operários na Grande São Paulo e camponeses no interior do Estado, que ora se dispõem a lutar contra manifestações "próximas" de exploração, ora oscilam entre essa luta e a competição com companheiros. A autora sugere que isto ocorre porque os dominados tendem a lutar *contra a opressão imediatamente visível*, ainda que não tenham clareza de suas determinações, perdendo de vista o inimigo mais distante. Simultaneamente, desejam a existência que a ideologia dominante lhes acena como possível. Mas, ao mesmo tempo, não confundem o inimigo de classe com a justiça, que, no seu imaginário, repousa no Estado acima das classes (ou

seja, no Estado idealizado, não no Estado real, presente). A possibilidade de concretização do Estado ideal é sempre obstaculizada pelo inimigo de classe – o rico – a quem o Estado real (o Governo) se associa para prejudicar e/ou explorar o povo.

Caldeira traz ainda uma outra contribuição para o entendimento da questão das ambigüidades presentes nas representações dos dominados. Lançando mão do conceito de modelo forjado por Geertz (1978), para discutir os projetos de ascensão de seus informantes, Caldeira trabalha com a contraposição entre modelo e realidade, na qual a distância entre uma e outra “é vivida como o que realmente é: contradição, ambigüidade”. Assim, o discurso dos entrevistados, ao submeterem seu modelo ao “teste da realidade”, passa a ser oscilante, construído de idas e vindas, uma vez que os dois lados da questão são reais: a percepção do modelo (que não deixa de ser, de fato, o caminho disponível para a ascensão) e a percepção da realidade que, a todo instante, nega a possibilidade do modelo (Caldeira, 1982, p. 185). A contraposição entre Estado ideal e Estado real, acima indicada, é um exemplo dessa distância.

Finalmente Arroyo argumenta que as representações dos trabalhadores a respeito de sua práxis são permeadas de ambigüidade porque são constituídas a partir de duas perspectivas, ambas verdadeiras para eles:

a) aquela em que se percebem enquanto parte do processo de produção capitalista – neste caso, valorizam a formação profissional, a disciplina, a “posse” de uma “profissão” porque elas são essenciais à sua sobrevivência sob o capital;

b) aquela em que se percebem enquanto classe – em consequência do que, pensam seus objetivos e seus projetos como parte antagônica do capital na relação capital/trabalho¹⁸.

As ambigüidades e contradições apontadas têm, como é possível perceber, uma raiz comum. Longe de significarem meras incongruências desses trabalhadores em função de sua baixa escolaridade, de sua “cultura” ou de sua “alienação”, por exemplo, são expressões da vivência cotidiana, enquanto trabalho, das contradições do próprio capital. É essa vivência que os conduz, de um lado, à valorização/desvalorização do saber; à oposição entre saber teórico e saber prático; à oscilação entre a valorização/desvalorização do trabalho assalariado e por conta própria; às lutas reivindicatórias na oposição ao dominador próximo e visível, ao mesmo tempo que à aspiração ao modo de vida desse opressor; à consciência da exclusão, juntamente com a legitimação dos que excluem; à rejeição do Estado real por oposição ao Estado ideal mas, simultaneamente, à solicitação da intervenção do Governo real em benefício de seus interesses, embora considerando-o comprometido com os “ricos”; à valorização das condições que lhes são exigidas pelo capital para sobreviver enquanto mão-de-obra “livre” e, ao mesmo tempo, às lutas para revogar algumas dessas condições ou pelo menos fazer com que elas beneficiem o pólo trabalho.

Além das ambigüidades e contradições apresentadas, encontrei, nas falas dos informantes, a negação mais ou menos generalizada dos sindicatos e suas ações, bem como ausência de militância em associações de classe, movimentos populares e partidos políticos.

Isto faz crer que o grupo considerado para fins deste trabalho esteve alheio ao movimento operário, mesmo em épocas mais recentes. Nem mesmo os informantes que, em mais de uma oportunidade, evidenciaram possuir um conhecimento relativo a respeito de problemas trabalhistas atinentes à sua área de atuação, e até formularam críticas à exploração dos trabalhadores, tiveram participação ativa nas lutas operárias, no decorrer de sua trajetória de trabalho. Como entender esse alheamento? Seria esse grupo representativo do que alguns autores denominam de apatia do operariado, decorrente de sua origem rural e de sua submissão ao empresário ou ao paternalismo de lideranças populistas, na tentativa de integração ao meio urbano?

À esta explicação simplista deve-se antepor uma tentativa de compreender tais atitudes no contexto da complexidade das relações entre trabalho e capital, em diferentes conjunturas¹⁹. Para isso é importante e necessário, em primeiro lugar, tentar compreender o papel dos sindicatos em diferentes momentos da história política e econômica do país; e depois, evitar o erro de tomar o operariado como um conjunto homogêneo.

Nesse sentido, seria possível entender o alheamento dos trabalhadores aqui considerados em relação ao seu movimento de classe como decorrência parcial da condição de atrelamento e manipulação a que, durante mais de quatro décadas, têm estado submetidos os sindicatos brasileiros. Contudo, a manipulação dos sindicatos nem sempre teve o mesmo objetivo e nem sempre foi passivamente assimilada pelos trabalhadores.

Assim, num primeiro momento (durante o Estado Novo) o poder se valeu dos sindicatos para manter controlado o movimento operário num período de expansão industrial. Mas, no momento seguinte, quando os governos “progressistas” se propõem a promoção do desenvolvimento, apoiados numa aliança pluriclassista que envolve a burguesia e as esquerdas, reserva-se aos sindicatos novamente o controle do movimento operário, mas desta vez para usá-lo como base de apoio para o projeto nacional-desenvolvimentista.

Enredado por essa aliança ambígua, o movimento operário acaba colocando mais ênfase nas questões amplas de política nacional, minimizando seu papel histórico de defesa dos interesses de classe. Isto contribuiu para a institucionalização do movimento sindical, fazendo com

18 Esta concepção de Arroyo não se encontra expressa em um texto. Foi formulada no decorrer de um Seminário realizado em fevereiro de 1987, na Fundação Carlos Chagas. Por esse motivo corro o risco de estar apresentando-a de forma imprecisa ou mesmo distorcida (transcrições de fitas, não revistas pelo pesquisador citado).

19 Cardoso adverte para as distorções desta explicação simplista. Discutindo a participação do trabalhador rural nas atividades urbano-industriais, esse autor comenta que, se de um lado essa participação conduz a comportamentos conformistas, por outro lado ela coloca o operário no cerne das disputas entre o capital e o trabalho que permitem, através das ações reivindicativas de caráter coletivo, que ele tome contato com formas organizadas de ação política e desenvolva percepções a respeito de sua condição de classe na sociedade capitalista (cf. Cardoso, 1969, p. 215-20).

que este passasse a atuar de dentro do aparelho estatal, como organismo de pressão em favor das bandeiras políticas dos governos "progressistas". Por outro lado, essa mesma forma de atuação acarretaria, na crise dos anos 1961/64, segundo Frederico (1978, p. 122), "uma aceleração da consciência de alguns setores do operariado que, apreendendo o momento da totalidade, procuram ir além, atuando no sentido de sua superação".

No período imediatamente posterior ao golpe de 64 o movimento operário foi objetivo de severo controle e repressão através de medidas legais e policiais. Reduzidos à condição de agências assistencialistas, os sindicatos caíram no descrédito dos trabalhadores. Mas, no seio mesmo desse controle e repressão gesta-se o reerguimento do movimento operário através dos comitês de fábrica, das greves organizadas do interior para o exterior da empresa, das lutas por negociações diretas entre patrões e empregados, numa ação cuja expressão mais acabada é a "oposição sindical", negadora do sindicalismo burocratizado imposto pelo golpe²⁰.

Se a oposição sindical encontrou, nas greves de Contagem e Osasco em 1968, algumas de suas vitórias mais expressivas, aí também se defrontou com o recrudescimento da repressão que atingiu o país através do AI-5. Sob tais condições o movimento continua no interior das fábricas, à margem da estrutura sindical, mas com menor fôlego, ressurgindo, mais fortalecido, nos movimentos de reposição salarial de 1977, já no período da "distensão", e nas greves de 1978 e 1979, que põem a descoberto os compromissos do Estado com o capital. Por isso o movimento reivindica a autonomia nas negociações trabalho/capital, colocando em xeque tanto a mediação do Estado quanto a estrutura sindical existente e, simultaneamente, apontando para o novo sindicalismo dos anos 80.

Todavia, é necessário também chamar a atenção para o fato de que o movimento operário não pode ser tomado como algo homogêneo, movendo-se uniformemente. Na verdade ele se apresenta historicamente dividido entre facções em luta, tanto no período anterior, quanto no posterior a 1964. No interior desse movimento, os sindicatos, eles próprios também divididos por lutas internas, acabaram por dedicar muito pouco de sua ação à organização dos trabalhadores. Para isso, contribuiu também o caráter cupulista das ações sindicais pré-64. É sob a repressão que o movimento operário começa a voltar-se mais consistentemente para os trabalhadores (ainda que dividido internamente) envolvendo-os nas suas ações e decisões. Mas é o avanço das forças produtivas que determina o caráter do novo sindicalismo. Não por acaso, mas gestado pelas contradições do próprio sistema, ele surge nos setores mais avançados do capitalismo brasileiro.

Se, de um lado, o alheamento dos meus informantes em relação à atuação sindical pode ser compreendido, parcialmente, em função do fato de que apenas recentemente o movimento operário em geral, e o sindical em particular, se voltaram para os trabalhadores que constituem suas bases, por outro lado, deve-se considerar que esse mesmo alheamento pode encontrar outras explicações na própria composição do operariado. Este não é homogêneo e não sofre, portanto, de maneira uniforme as consequências das políticas econômicas que têm sido postas em

prática no país, especialmente no que se refere a um aspecto particular destas: a política salarial.

Em páginas anteriores chamei a atenção para o fato, diversas vezes reafirmando em trabalhos sociológicos e econômicos, de que o avanço tecnológico e a divisão social e técnica do trabalho fazem demandas diferenciadas em relação à mão-de-obra. Com isso se estabelecem, no interior das empresas, níveis diferentes de qualificação profissional a que correspondem não só níveis diversos de salários, mas, também, diferenças nas formas de atuação em momentos do confronto capital/trabalho, assim como no poder de barganha detido pelos profissionais nesse confronto e nas crises de conjuntura que afetam o emprego.

Nesse particular, tanto os depoimentos de meus informantes, quanto as análises de estudiosos, deixam claro que os operários qualificados gozam de condições mais privilegiadas: obtêm melhores salários, têm maior poder de barganha e, por isso, são mais atendidos em suas reivindicações e menos afetados pelo desemprego (Singer, 1982, p. 56-60). São, também, mais organizados em suas demandas ao patrão e no desencadeamento de pressões pelo seu atendimento. Tais pressões, segundo Frederico, tendem para uma forma de ação corporativista ou individualista, que em mais de uma ocasião os isola das lutas desenvolvidas pelos operários não qualificados. Estes, por sua vez, menos organizados, expressam suas insatisfações por formas que Frederico (1978, p. 128) chamou de "manifestações 'instintivas': a restrição esporádica da produção, as brigas com os representantes do patrão nas seções, os ensaios de greves parciais etc."

Por outro lado, Frederico (1979, p. 19) se detém no estudo de um tipo particular de operário que denomina de "operário avançado", diferenciado do operário em geral, por sua participação ativa nas lutas operárias tanto no interior da empresa quanto no movimento operário mais amplo, e por seu apoio crítico ao novo sindicalismo. O "operário avançado", no seu entender, poderia ser encontrado tanto entre os operários não qualificados, quanto entre os qualificados, ainda que no mesmo estudo indique, como o fazem outros trabalhos, que os profissionais qualificados (no caso específico, ferramenteiros da indústria automobilística) constituem o setor mais combativo do operariado (Frederico, 1979, p.16).

Meus informantes, no decorrer de sua trajetória profissional, desempenharam funções que os situam mais propriamente entre os trabalhadores semiquilificados e a meio caminho para a qualificação, do que entre os trabalhadores altamente qualificados a não ser por duas exceções, nem por isso distinguíveis como pertencentes ao operariado mais combativo. Por outro lado, certamente meus depoentes não se incluem entre os "operários avançados". Diria que eles são mais propriamente trabalhadores (operários ou não), nem "alienados", nem "avan-

20 O estudo de Maroni (1982) sobre esse tema é particularmente interessante, oferecendo inúmeras informações sobre o processo de gestação e organização da resistência operária a partir da fábrica.

çados”, mas contraditórios e ambíguos, em cuja consciência, como diz Frederico (1978, p. 134) “coexistem, de um lado, a inquietação própria de uma situação de classe marcada pelas agruras de uma carência econômica constante que se expressa nas tensões vividas dentro da fábrica; e, de outro lado, o otimismo individualista e a esperança de dias melhores que caracterizam uma mentalidade informada por uma visão linear e progressiva da história. Esta cisão permite compreender a convivência do alheamento político com os intermitentes conflitos travados às cegas no interior da fábrica”. Ou com as críticas à exploração generalizada dos trabalhadores, às vezes personificada no patrão, às vezes no governo e outras vezes, difusamente, remetida ao próprio modo de produção capitalista.

O MERCADO DE TRABALHO E AS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS

Procurei também buscar compreender as determinações das trajetórias dos trabalhadores que entrevistei examinando-as à luz de uma teoria a respeito do alocamento da mão-de-obra no mercado urbano e dos ciclos de conjuntura da economia brasileira a partir dos anos 50.

No primeiro caso, vali-me das teorias de mercado dual e segmentado propostas por Doeringer e Piore (1971) e Foxley e Muñoz (1977). Esses autores fundam suas discussões sobre o conceito de mercado de trabalho interno às empresas que, através de uma série de procedimentos e regras administrativas, determinam o preço e o alocamento da força de trabalho. De modo geral, as teorias de mercado dual e segmentado, assim como o exame das trajetórias dos trabalhadores no contexto dos ciclos de conjuntura pouco contribuíram para a abordagem da questão que me interessava. Todavia um estudo de Barbosa e colaboradores (1980) sobre o treinamento, a partir das preocupações desses autores com o mercado de trabalho interno, ofereceu uma interpretação esclarecedora.

Depois de mostrar que as empresas do setor secundário e terciário que investigaram tendiam a aplicar pouco em treinamentos em períodos de crescimento rápido²¹ e que, quando o faziam, davam preferência aos treinamentos em serviço, ao invés de treinamentos formais interna ou externamente à empresa, Barbosa e colaboradores chamam a atenção para um tipo de estratégia muito utilizada para desenvolver o treinamento em serviço. Trata-se do que esses autores denominam de *training-on-the-job* que, segundo eles, diferencia-se do *on-the-job-training*. De acordo com sua ótica “este último processo é o de aprender a executar uma tarefa trabalhando sobre ela, enquanto o primeiro implica aprender uma tarefa enquanto se executa uma outra” (Barbosa e colaboradores, 1980, p. 15)²².

Esta é exatamente a situação que observamos entre nossos informantes. Apesar de incompletas, as informações prestadas por eles, articuladas com seus depoimentos anteriores sobre os procedimentos que adotaram, durante sua trajetória ocupacional, para “obter” uma profissão e ascender, fornecem alguns indicadores sobre sua mobilidade ocupacional. Como se recorda, os depoentes procuraram, em sua maioria, ascender através do apren-

dizado na prática, observando os colegas que desempenhavam funções superiores às suas, perguntando, demonstrando interesses, imiscuindo-se em atividades ocupacionais da empresa através das quais vislumbravam possibilidades de promoção, oferecendo-se para o desempenho dessas atividades etc. Em quase todas essas oportunidades os interessados continuavam a exercer suas funções anteriores concomitantemente ao aprendizado. Em alguns casos, esse aprendizado foi complementado com estudos realizados a partir de sua própria iniciativa. Em outros, o interessado realizou cursos que o capacitaram para outra atividade. Apenas uma empresa ofereceu a um dos trabalhadores a oportunidade de cursos de capacitação mas, segundo o próprio depoente, eles não foram levados em consideração nas suas promoções.

Segundo Barbosa e colaboradores (1980, p. 15), “o *training-on-the-job* é essencialmente um subproduto do processo de produção, um bem livre para a firma, apesar de que talvez não o seja para o empregado. Pode-se então argumentar que é de interesse para a firma a maximização desta espécie de treinamento, e que seu prevalencecimento constante determina as seqüências de promoção, mobilidade ocupacional e barreiras para promoção”. Apesar disso, como salientam os autores, existe uma certa tendência, entre as firmas que investigaram, a resistir à aplicação de recursos em treinamento de pessoal.

Um outro aspecto do trabalho de Barbosa e colaboradores diretamente relacionado a nosso estudo refere-se às dificuldades interpostas ao encarecimento profissional. Vários estudos têm apontado que é muito difícil aos trabalhadores não-qualificados ascenderem no interior das empresas em que atuam. Barbosa e colaboradores confirmam essa observação não só quanto aos não-qualificados, mas especialmente em relação a estes, pois as possibilidades maiores de ascensão à condição de operários qualificados parecem estar reservadas aos aprendizes com quem os não-qualificados competem mais diretamente.

Todavia, os elementos fornecidos pelas trajetórias ocupacionais de meus entrevistados tendem a negar as formulações segundo as quais os trabalhadores não-qualificados têm escassas possibilidades de ascender ocupacionalmente. Segundo essas trajetórias, apenas três dos dez profissionais entrevistados (e, certamente não por

21 Os autores referem-se, no caso brasileiro, ao período de 1970 a 1973.

22 Os trabalhos de Kuenzer (1985) e Salgado (1984) confirmam a preferência por essa política de treinamento nas empresas que estudaram. Vários estudos indicam ser essa uma prática generalizada nas empresas ligadas ao núcleo capitalista de produção. Dessa forma se esclarece definitivamente que o tipo de trajetória observada entre os trabalhadores que entrevistei não significa uma opção deles pelo caminho que seguiram para “subir ocupacionalmente” através da aprendizagem, na prática, mas sim que este é praticamente a única via que se lhes oferece. Aquilo que parece, à primeira vista, apenas resultado de um esforço deliberado é, na verdade, sujeição inescapável a caminhos de qualificação relativa determinados pela empresa (Maroni, 1982, p. 26-7).

acaso, aqueles do sexo feminino) deixaram de conseguir alguma qualificação profissional. Este fato deve ser entendido como um relativo "progresso" desses profissionais em relação à sua inserção inicial.

O fato de permanecerem nesse nível de qualificação depois de a terem obtido sugere que provavelmente esses trabalhadores atingiram, com essas ocupações, o limite possível de sua trajetória ascensional, no universo de sua condição de classe. É razoável supor que isso seja mais verdadeiro para alguns (os mais velhos e as mulheres) do que para outros (os mais jovens, do sexo masculino, por exemplo) em virtude da seletividade do mercado e dos preconceitos que o povoam.

A ascensão observada entre os trabalhadores considerados deve, no entanto, ser examinada com um pouco mais de cuidado. Se, de um lado, o processo de acumulação capitalista estimula algum tipo de mobilidade ocupacional e social ascendente, é preciso não perder de vista, como aponta Oliveira (1976, p. 40) que esse mesmo processo promove "o aumento da taxa de exploração da força de trabalho (...) A intensa mobilidade social do período²³ obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando" (grifo do autor). Em defesa de seu ponto de vista Oliveira argumenta (1976, p. 61) que, na verdade, de 1955 em diante, em que pesem variações ocasionais, tende a ocorrer um rebaixamento do salário real, principalmente dos segmentos de baixa renda, não só pela superexploração do trabalho como pela defasagem entre a remuneração oferecida e o custo urbano da reprodução da mão-de-obra, enquanto cresce a produtividade industrial, em benefício dos outros segmentos sociais que se beneficiam da política concentracionista da renda nacional.

É evidente que, nessas circunstâncias, tendem a aumentar as tensões sociais. No dizer de Singer (1982, p. 74), comentando o "milagre brasileiro", "estas tensões são mascaradas por uma mobilidade social ascendente, que se oferece apenas como saída individual para uma minoria de assalariados (meus grifos). Para a grande maioria dos poucos qualificados, que participa da produção de uma riqueza crescente à qual praticamente não tem acesso, o presente 'milagre' oferece pouco mais que oportunidades mais numerosas de emprego, igualmente pouco remuneradas". Confirma-se, assim, o que vários estudos têm demonstrado a respeito das possibilidades de ascensão ocupacional e social dos trabalhadores oriundos das classes subalternas, a saber, que essa tentativa, ainda que represente possibilidades reais de mudança individual no nível de qualificação profissional (como foi observado em relação aos trabalhadores entrevistados para fins deste trabalho) está, no geral, condenada ao fracasso. A ascensão social prometida pela sociedade dita igualitária e democrática é apenas uma quimera que povoia os sonhos desses trabalhadores. Os pequenos avanços obtidos mal correspondem ao enorme esforço despendido. Alteram-se, por essa forma, algumas situações individuais, mas a condição de classe subalterna desses trabalhadores permanece substancialmente a mesma.

No entanto, tal circunstância desempenha um importante papel a nível ideológico: ela conserva nos indivíduos a crença na possibilidade de ascensão e as motiva em seus esforços para "obter uma profissão". É sobre esse terreno fértil que vicejam as apropriações, frequentemente magnificadas, do ideário liberal burguês as quais passam a orientar as expectativas ocupacionais e sociais desses indivíduos. Esta é uma questão séria à qual nos remete o estudo da trajetória ocupacional dos trabalhadores entrevistados.

De um lado, enquanto trabalhadores de origem rural que chegam ao mercado de trabalho urbano, "vencem" barreiras interpostas à sua qualificação e, por isso, acabam acreditando nas possibilidades de ascensão. Por outro ângulo, em função da própria vivência urbana de uma condição operária que tem particularidades importantes por se dar na região de maior desenvolvimento industrial do país, os entrevistados convivem, de maneira direta ou indireta, "com segmentos da camada operária para os quais a condição de proletário constitui não apenas um modo de ser no presente, mas define as perspectivas de futuro" (Cardoso, 1969, p. 219).

No entanto, aponta esse mesmo autor, logo a seguir, "é provável (...) que o comportamento desses trabalhadores venha a caracterizar-se mais pelo ímpeto reivindicativo por melhores condições de existência dentro da ordem capitalista-industrial do que pelo impulso político de alteração do sistema social global, na tentativa de reorganizar a sociedade conforme os interesses de classe do proletariado. Esta avaliação prospectiva baseia-se na existência de chances efetivas de realização de carreiras dentro da indústria que o ritmo atual de crescimento econômico permite e na remuneração relativamente razoável que pode perceber um 'operário qualificado', por causa da pequena oferta existente deste tipo de profissional em face de sua demanda crescente". Embora as lutas sindicais recentes (de 1979 em diante) apontem para um enfoque algo diverso do sugerido por Cardoso, não há como discordar de que, para o conjunto do operariado, ainda prevalecem as posturas ambíguas e contraditórias que pude detectar entre meus entrevistados, as quais apontam mais para as lutas corporativas reivindicatórias do que para a luta de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, M.; MORLEY, S. A. & SOUZA, M. C. C. *Evidências sobre o mercado interno de trabalho em um processo de crescimento rápido*. São Paulo, Fundação GENAFOR, 1980. mimeo.
- CALDEIRA, T. P. R. *Imagens do poder e da sociedade: o mundo cotidiano de moradores da periferia*. São Paulo, 1982. Dissert. (mestr.) – FFLCH/USP.
- _____. *A política dos outros*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CARDOSO, F. H. *Proletariado no Brasil: situação e comportamento social*. In: _____. (org.) *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. São Paulo, Moderna, 1981.

23 Oliveira refere-se ao período 1955-1964.

- COUTINHO, R. do L. *Operário de construção civil*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- DEMARTINI, Z. B. F. & LANG, A. B. S. *Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras*. São Paulo, Loyola, 1985.
- DOERINGER, P. B. & PIORE, M. *Internal labour markets and manpower analysis*. Lexington, Mass: D.C. Heath, 1971. apud. HAMPHREY, J. *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis, Vozes, São Paulo, CEBRAP, 1982.
- DURHAM, E. R. *A caminho da cidade*. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- FERRETTI, C. J. *Opção: Trabalho*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1988a.
- _____. *Uma nova proposta de orientação profissional*. São Paulo, Cortez, 1988b.
- FOXLEY, A. & MUÑOZ, O. Políticas de empleo en economias heterogêneas. *Revista Paraguaya de Sociologia*, 14(38):81-100, jan./abr. 1977.
- FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1978.
- _____. *A vanguarda operária*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GOMES, A. C. Escolaridade e treinamento do operário industrial no Brasil. *Ciência e Cultura*, 38(9), set. 1986.
- HELLER, A. *Para mudar a vida*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- KUENZER, A. Z. *Pedagogia da fábrica*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- MARONI, A. *A estratégia da recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: SELEÇÕES CEBRAP 1. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- PEREIRA, L. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.
- PRANDI, R. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SALGADO, M. U. C. *As determinantes das funções das unidades de treinamento na siderurgia*. Belo Horizonte, 1984. Dissert. (mestr.) UFMG.
- SEADE. *Anuário estatístico do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1983.
- SINGER, P. *A crise do "milagre"*. 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, P. R. *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo, Hucitec/Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1980.